

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado mês de setembro a Câmara Municipal de Vila Real iniciou uma intervenção no rio Corgo, na praia fluvial de Codessaís, junto às piscinas municipais, aparentemente com o objetivo de requalificar este troço fluvial. O cenário com que os vila-realenses se depararam nos dias subsequentes ao início desta obra revelaram uma intervenção anárquica que levou, segundo a afirmação de um docente da UTAD que realizou, *in situ*, uma avaliação do seu impacto, «à destruição integral dum habitat de grande valor, na verdade um “hot spot” para bivalves de águas doce», tendo sido a albufeira «esvaziada sem respeitar as normas em vigor para estas situações, nomeadamente a translocação dos indivíduos autóctones.» Ainda segundo este docente, a atrocidade cometida foi responsável pela morte de mais de 2 milhares de bivalves e pela destruição duma zona de desova de espécies piscícolas. Acresce ainda que, após o esvaziamento do açude, tendo em vista o seu alteamento, o troço fluvial em questão foi aterrado e coberto com sedimentos finos, provocando danos irreparáveis e irreversíveis neste ecossistema.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm endereçar as seguintes questões ao Ministro do Ambiente, através de V. Exa:

1. A Câmara Municipal de Vila Real solicitou às entidades competentes do Ministério do Ambiente a indispensável autorização para realizar esta intervenção?
2. Qual o objetivo e o âmbito dessa intervenção e o prazo previsto para a mesma?
3. Foi emitida formalmente autorização para a realização desta intervenção e, em caso afirmativo, que condições e limitações foram impostas à sua concretização?
4. O Ministério do Ambiente tem conhecimento das consequências desta intervenção e em particular da destruição do habitat deste troço fluvial?
5. O Ministério do Ambiente, através das entidades competentes, abriu um qualquer procedimento administrativo no sentido de avaliar as consequências e os impactos ambientais, identificar os autores e apurar responsabilidades?

Palácio de São Bento, 3 de novembro de 2017

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)